



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1019047-69.2015.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução - Valor da Execução / Cálculo / Atualização**  
 Embargante: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS**  
 Embargado: **Paulo Sergio Bertolino e Outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Daniel Felipe Scherer Borborema**

Município de São Carlos opõe embargos à execução nº 0018042-34.2012, que lhe movem Paulo Sérgio Bertolino e Vera Lucia Bertolino, alegando excesso de execução.

Os embargados ofereceram impugnação.

Manifestou-se o embargante.

É o breve relato. Decido.

Julgo o pedido na forma do art. 355, I do CPC-15, uma vez que não há necessidade de produção de outras provas.

Quanto à prescrição sobre o décimo quarto salário, o acórdão foi explícito, no corpo do voto, quanto à necessidade de se respeitar a quinquenal, o que não foi observado pelos embargados. O argumento, a rigor, sequer foi impugnado, na resposta aos embargos. E as verbas prescritas foram bem demonstradas nos cálculos que instruem a inicial dos embargos.

Serão acolhidos os embargos quanto a esse ponto, com o reconhecimento do excesso de execução.

Quanto ao reajuste de 7,39% de maio.2005, não se pode simplesmente afirmar a existência do excesso.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Entretanto, o acórdão também foi explícito a propósito da necessidade de se apurar o quantum devido em liquidação de sentença, determinação que foi ignorada pelos embargados.

Tendo em vista a controvérsia que se estabeleceu na fase de conhecimento, e a ausência de prova satisfatória, relegou-se o exame à liquidação da sentença, para a apuração da diferença devida.

A apuração da diferença terá duas etapas (a) vinda aos autos dos demonstrativos de pagamento, mês a mês, de março.2005 a setembro.2009 (b) exame desses demonstrativos pelos embargados e estes, se entenderem que de fato o reajuste não foi efetivado e que há diferença devida, haverão de postular a liquidação, a realizar-se por intermédio de perícia contábil.

Em conclusão, os embargos serão aqui parcialmente acolhidos para extinguir-se o pedido de execução da diferença decorrente do não-reajuste, porque há a necessidade de prévia liquidação de sentença.

Por fim, saliento que, em relação aos honorários advocatícios, embora não incidam juros moratórios antes de decorrido o prazo para pagamento por RPV (STJ, REsp 1.141.369/MG, j. 28/09/10), incide correção monetária desde a data em que prolatada a sentença, vez que o acórdão, no que diz com o valor dos honorários, apenas a confirmou (EDcl no AgRg no AREsp 249.813/SP, j. 28/05/2013).

Acolho em parte os embargos para (a) fixar como devida, em relação ao 14º salário, a quantia de R\$ 11.632,86 em 31.08.2015, a partir de quando deverão incidir juros moratórios de 0,5% ao mês e correção monetária pela Tabela do TJSP, não se aplicando a Lei nº 11.960/09 (b) fixar como devida, em relação aos honorários advocatícios, a quantia de R\$ 724,00, com atualização monetária pela Tabela do TJSP, não se aplicando a Lei nº 11.960/09, desde 07.02.2014 (c) extinguir a execução, sem resolução do mérito, no que diz respeito à diferença decorrente do não-reajuste, que deverá ser objeto de liquidação de sentença nos moldes acima.

No momento do pagamento da quantia indicada no item "a", deverá ser recolhido



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

e descontado, pelo embargante, o imposto de renda.

Nos embargos, como o embargante decaiu de parte mínima do pedido, condeno os embargados em honorários devidos ao embargante, arbitrados em 10% sobre o proveito econômico obtido por este, ou seja, 10% sobre o excesso que é de R\$ 44.714,67, atualizado desde a propositura dos embargos, observada porém a Assistência Judiciária Gratuita.

P.I.

São Carlos, 24 de outubro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**